

AUTOINVESTIGAÇÃO E SUBJETIVIDADE NOS *ENSAIOS* DE MONTAIGNE

Carlos Roberto LUDWIG*

- **RESUMO:** A criação dos Ensaios por Montaigne, como uma forma literária inovadora, gerou grande impacto em sua época. Montaigne busca representar a subjetividade através de uma nova forma literária, cujos traços são notadamente o uso da linguagem sem atrelar-se às formas retóricas convencionais, uma forma aberta que possa representar a subjetividade. Além disso, a escrita dos Ensaios torna-se a escrita de si mesmo, numa linguagem e forma que comportem a subjetividade, pensamentos, ideias, flutuações interiores. Montaigne considerava que o comportamento humano, bem como as dimensões interiores do sujeito eram conteúdos estéticos que necessitavam de uma forma aberta, livre das amarras da retórica convencional. Por isso, criou o Ensaio para representar e investigar as dimensões mais profundas do sujeito. Nesse artigo, analisarei elementos dos ensaios, nos quais Montaigne adentra nos meandros da consciência, dos sentimentos e do pensamento, sugerindo nuances e matizes da subjetividade. Discutirei como Montaigne representa a subjetividade, detalhando elementos obscuros e incontroláveis do pensamento e das sensações, como também contradições, flutuações, ambiguidades inerentes à subjetividade.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Ensaios de Montaigne. Autoinvestigação. Subjetividade. Escrita de si.

Introdução

Michel de Montaigne (1533-1592) foi o criador dos *Ensaio*s, gênero que causou grande impacto no século XVI. Influenciou grandes autores como Shakespeare, Voltaire, Montesquieu e Pascal. O ensaísta francês ateu-se na investigação dos costumes, hábitos, moral e da investigação de si mesmo e da subjetividade. Em seu prefácio aos ensaios, intitulado “Do Autor ao Leitor”, Montaigne (1987, p.95) assinala “sou eu mesmo a matéria deste livro”, o que caracteriza, de início, sua

* UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, TO – Brasil. 77015-426 – ludwig.crl@gmail.com

Artigo recebido em 31/07/13 e aprovado em 31/10/13

proposta autoinvestigativa. Montaigne introduziu elementos inovadores em seus *Ensaaios*, na forma, no estilo e conteúdo. Investiga seu próprio interior, descrevendo e analisando sensações, sentimentos, angústias, medos, desejos, pensamentos e ideias. Nesse sentido, Szabari (2001) afirma que os ensaios concentram-se num único assunto, ou seja, a imagem do sujeito. Nesse sentido também, consoante Regosin (1977, p.88)¹ “[...] a composição do livro, o ensaísta argumenta, é a realização de si mesmo, e o próprio livro, e a dialética e a invenção a fonte tanto do texto como do ser”². Nesse sentido, consoante Regosin (1977, p.141), “[...] ontologicamente, o ato de escrever, e o próprio livro, tornam-se as fontes para a base do senso de sujeito de Montaigne”³. A escritura é, para Montaigne, um ato vivo de ser no mundo e de se construir no mundo. Ao representar a si mesmo, ao escrever o livro, ele se constitui como sujeito da linguagem.

Montaigne cria artifícios miméticos para representar a subjetividade, tais como o estilo divagante, por vezes tortuoso, vacilante, que demonstra as flutuações interiores; a sintaxe sem grandes ornamentos retóricos; o movimento rítmico que, consoante Auerbach (2007) em sua *Mimesis*, leva o leitor aos meandros da subjetividade e da condição humana. Além disso, sua modéstia irônica e seu ceticismo são marcas inerentes a seu estilo e escritura, o que possibilita a autoinvestigação sem receio. Montaigne adentra, portanto, na subjetividade humana demonstrando que esta é determinada por flutuações interiores, mudanças de pensamentos e ideias. Ou seja, o ensaísta descreve um espaço interior em que vários processos cognitivos acontecem simultaneamente, os quais constituem nossa subjetividade.

A palavra “ensaio”, em francês *essai*, significa tentativa; origina-se do verbo *essayer*, tentar, empreitar. Visto que se trata de uma tentativa de investigar-se e investigar a subjetividade, os ensaios de Montaigne não seguem a retórica convencional do período, muito menos se adequam aos padrões dos gêneros da época. A escolha pelo estilo e pela linguagem mais soltos e livres se deve à necessidade de representação da interioridade perscrutada por Montaigne. Consoante Auerbach (2007, p.259), em sua *Mimesis*, “Montaigne é algo novo; o tempero do elemento pessoal e, precisamente, de uma única pessoa, apresenta-se pois penetradamente, e a forma de expressão é ainda mais espontânea e próxima da linguagem falada quotidianamente, embora aqui não se trate de diálogos.” As divagações sobre o espaço interior do indivíduo necessitam de outra retórica que consiga compreender as flutuações e incoerências da mente e dos sentimentos humanos. Montaigne adequa,

¹ Todas as traduções das citações são do autor deste artigo.

² “*The composition of the book, the essayist maintains, is the realization of himself, and the dialectic and invention the source of both text and self.*”

³ “*Ontologically, the act of writing, and the book itself, become the sources for the founding of Montaigne’s sense of being.*”

assim, a forma ao conteúdo, pois entende que o sentido expressado nos ensaios deve ser ressaltado pela estrutura inovadora. Como ele mesmo assinala no seu ensaio “Da incoerência de suas ações”, “[...] todas as contradições em mim se deparam, no fundo e na forma” (MONTAIGNE, 1987, p.100). Desta forma, Auerbach (2007, p.255 e p.261) define que Montaigne apresenta um “método rigoroso” e moderno e descreve-o como o “método de auscultar-se a si próprio, da observação dos movimentos internos próprios”. Esse “método” é constituído por uma forma nova e linguagem que consigam captar as dimensões mais sutis da subjetividade. Em seu ensaio “Do arrependimento”, Montaigne (1987, p.153) menciona a necessidade de inovação na forma e na linguagem de seus ensaios:

Falo de mim mesmo, de Michel de Montaigne, e não do gramático, poeta ou jurisconsulto, mas do homem. Se o mundo se queixar de que só falo de mim, eu me queixarei de que ele não pensa somente em si. Mas será razoável, vivendo apenas por mim, pretender iniciar o público no conhecimento de mim mesmo? Será razoável igualmente apresentar-lhe, sem esses artifícios que ele tanto aprecia, simples efeitos de uma natureza bem pouco original?

Montaigne cria uma estética específica para os ensaios. Havia no período uma linguagem mais elaborada e ornamentada, mas Montaigne não se preocupa com o estilo formal dos textos teóricos do período; pelo contrário, preocupa-se com a representação da interioridade numa linguagem simples e livre. Montaigne via a interioridade humana como conteúdo estético que necessitava de uma nova forma para a sua representação. Isso é o que Adorno vai reconhecer no século XX sobre o ensaio: para ele, em seu ensaio “O ensaio como forma”, não há como falar do estético de modo não estético, ou seja, a forma necessita se adequar ao conteúdo dos ensaios (ADORNO, 2008).

O ensaísta pensava no ensaio como uma forma que comportasse não a escritura em si, mas também costumes, hábitos, sentimentos, sensações, ideias e pensamentos. Nesse sentido, Calhoun (2011, p.305) assinala que para Montaigne “[...] o estilo de escritura e o estilo de vida eram, num cenário ideal, inseparáveis”⁴. Dessa forma, Montaigne “[...] preferia a ideia de mistura dessa sábia conduta em sua vida privada” com a vida pública e “com a escritura e a publicação dos *Ensaio*s”⁵ (CALHOUN, 2011, p.311). Portanto, vida pública e privada dialogam e formam uma unidade, embora pareça muitas vezes paradoxal e incoerente, no corpo dos *Ensaio*s.

Da mesma forma, Craig Brush (1994) enfatiza a escritura de si na obra de Montaigne. Nesse sentido, a escrita dos ensaios pode não ter sido mais significante

⁴ “[...] *writing style and living style were, in an ideal scenario, inseparable*”.

⁵ “[...] *preferred the idea of mixing this wise conduct in his private life*”.
“*with the writing and publication of the Essays.*”

do que o ato de escrever em si. Isso ressalta a ideia que Montaigne assinala constantemente de que o livro o constrói na medida em que ele – Montaigne – escreve o livro. Mas, para Brush (1994), o ensaísta francês não se preocupa com nenhuma abordagem teórica do autorretrato ou da biografia. O autor enfatiza que a impossibilidade de encontrar um “sujeito puro” levou Montaigne a “pintar-se em contexto”, ou seja, a cada momento o sujeito e seu espaço e vida interiores podem mudar devido a elementos exteriores influentes.

Sobre elementos incontrolláveis da subjetividade

Montaigne percebe que há alguns elementos incontrolláveis na subjetividade que vêm à tona em momentos de crise e tensão. Tais elementos intervêm no julgamento e na cognição. Por exemplo, no ensaio “Do arrependimento” Montaigne (1987) descreve as flutuações interiores, bem como elementos incontrolláveis inerentes aos sentimentos, ao pensamento e à subjetividade humanas.

Não posso fixar o objeto que quero representar: move-se e titubeia como sob o efeito de uma embriaguez natural. Pinto-o como aparece em dado instante, apreendo-o em suas transformações sucessivas, não de sete em sete anos, como diz o povo que mudam as coisas, mas dia por dia, minuto por minuto. É, pois, no momento mesmo em que o contemplo que devo terminar a descrição; um instante mais tarde não somente poderia encontrar-me diante de uma fisionomia mudada, como também minhas próprias ideias possivelmente já não seriam as mesmas. Observo e anoto os diversos incidentes que ocorrem dentro de mim e as concepções mais ou menos fugidias que minha imaginação engendra, as quais são por vezes contraditórias, ou porque tenha mudado eu, ou porque o objeto da observação apareça dentro de um quadro e de uma luz diferente. Daí acontecer-me, não raro, cair em contradição, embora, como diz Dêmades, não deixe de ser autêntico. Se minha alma pudesse fixar-se, eu não seria hesitante; falaria claramente, como um homem seguro de si. Mas ele não para e se agita sempre à procura do caminho certo. (MONTAIGNE, 1987, p.152-153).

Montaigne deixa claro nessa passagem que as ideias, os pensamentos e sentimentos não são fixos e imutáveis, mas são passíveis de mudança e contradição. Ao tentar descrever a si mesmo, nota que a cada minuto ocorrem mutações e contradições nos pensamentos e sentimentos. Quando o indivíduo começa a se analisar, alguma coisa na interioridade se altera. É muito claro para ele que somos suscetíveis a mudanças exteriores. Elementos exteriores influenciam constantemente nos sentimentos, pensamentos, ideias. Não há como controlar os sentimentos, pois parecem governados por forças misteriosas. São essas contradições, portanto, que constituem a essência e interioridade humana.

Além do mais, Montaigne usa aqui a metáfora da pintura para representar a subjetividade. Consoante Szabari (2001, p.1001), ler a obra do ensaísta francês como uma “[...] pintura-em-palavras é entender a escritura como um meio moldado na consciência fenomenológica”⁶ do sujeito. Segundo a autora, essa técnica de Montaigne pode ser definida como “mimese pictural” do sujeito (SZABARI, 2001, p.1002). A metáfora da pintura ganha, na obra de Montaigne, uma dimensão não somente textual, retórica e expressiva, mas também essencial para a representação da subjetividade e das flutuações da interioridade humana.

Muito embora Montaigne se proponha a investigar a natureza da interioridade humana, confessa no ensaio “Do Medo” dificuldade de tratar sobre tal problema. Segundo Calhoun (2011), há um paradoxo da escritura de um novo estilo e gênero literários que se fundamentam na representação da intimidade, privacidade e interioridade devido à tentativa de Montaigne tornar público o privado. Contudo, Montaigne tenta superar esse paradoxo ao “tentar unir ações e palavras”⁷ (CALHOUN, 2011, p.306). Ou seja, a escritura de si mesmo passa pela possibilidade de unir dimensões interiores, palavras e ações, criando uma triangulação que torne estados interiores coerentes a ações, gestos e a escritura, pintura, representação de si mesmo.

Nesse mesmo ensaio reconhece, mais uma vez, a incapacidade de controle dos sentimentos como medo e vergonha:

Não sou muito versado no estudo da natureza humana, como dizem, e ignoro de que maneira o medo atua sobre nós. Certo é que se trata de estranho sentimento. Nenhum, afirmam os médicos, nos projeta tão precipitadamente fora do bom-senso. E em verdade vi muita gente tornada insensata pelo medo. Mesmo entre os mais assentados provoca ele terríveis alucinações. (MONTAIGNE, 1987, p.153).

O que ele observa aqui é que certos sentimentos humanos como medo e vergonha são incontroláveis por nossa racionalidade. No século XX, a psicanálise reconhece que certos sentimentos humanos são incontroláveis. Vemos a lucidez de Montaigne em distinguir que diferentes meandros da mente, do pensamento, da consciência e do inconsciente são elementos que nos constituem e nos tornam vulneráveis, muito embora tentemos controlá-los. Nesse sentido, McGinn (2007), em sua obra *Shakespeare's Philosophy*, aponta que há na interioridade humana forças misteriosas que interferem constantemente em nossos pensamentos, nossas ações, nossos julgamentos, forças estas que são incontroláveis e que escapam à

⁶ “[...] *painting-in-words is to understand writing as a medium modeled on phenomenological consciousness.*”

⁷ “*try to unite actions and words*”.

nossa compreensão. Como assinala Montaigne (1987, p.102), no ensaio “Da incoerência de nossas ações”, “[...] não deve um espírito refletido julgar-nos pelos nossos atos exteriores; cumpre-lhe sondar as nossas consciências e ver os móveis a que obedecemos. É uma tarefa elevada e difícil e desejaria, por isso mesmo, que menor número de pessoas se dedicassem a ela”. É praticamente impossível analisar outrem somente pelas aparências. Há sempre um abismo entre o exterior, que pode ser teatralizado, fingido ou ornamentado, e o interior, que pode permanecer velado às aparências. Para McGinn (2007), há um abismo epistemológico entre aquilo que vemos num indivíduo e aquilo que ele realmente é, assim como há um abismo entre aquilo que pensamos sentir e aquilo que realmente nos motiva a tal sentimento. Tal abismo epistemológico se deve a nossa incapacidade de medirmos, analisarmos e compreendermos o que se processa com os sentimentos, visto que não temos parâmetros e instrumentos para mensurar nossa subjetividade, bem como a dos outros. O que se tem, na verdade, em grandes autores como Montaigne, Shakespeare e Cervantes, é uma representação de interioridade criada por artifícios miméticos: ou seja, a incrível capacidade de mimese da interioridade criada por esses autores. Nesse sentido, como Montaigne assinala em seu ensaio “Da incoerência de nossas ações”:

Nossa maneira habitual de fazer está em seguir os nossos impulsos instintivos, para a direita ou para a esquerda, para cima ou para baixo, segundo as circunstâncias. Só pensamos no que queremos no próprio instante em que o queremos, e mudamos de vontade como muda de cor o camaleão. O que nos propomos em dado momento, mudamos em seguida e voltamos atrás, e tudo não passa de oscilação e inconstância. “Somos conduzidos como títeres que um fio manobra”. [citação de Horácio] (MONTAIGNE, 1987, p.98).

O que Montaigne descreve é similar ao que McGinn argumenta: interioridade, sujeito e identidade são impossíveis de serem definidas, se usarmos apenas categorias filosóficas e epistemológicas. Há algo na subjetividade que está além da nossa compreensão e que nos engana o tempo todo. Nesse sentido também, para Regosin (1977), as dimensões interiores do sujeito tendem a distrair-se, dispersar-se e a vagar consoante os ilimitados desejos e fugas que surgem com a experiência e trabalho intelectual do indivíduo. Portanto, Montaigne coloca em cheque qualquer definição predeterminada de interioridade ou subjetividade, pois quando tentamos nos analisar, a análise interfere em nossos sentimentos, mudando-os imediatamente. O que pensamos estar representando é apenas uma ideia evasiva de todos os “fluxos mentais”.

Nesse sentido, o ensaísta apresenta observações muito pertinentes sobre esse problema. Em seu ensaio “Da incoerência de nossas ações”, aponta que

Não vamos, somos levados como os objetos que flutuam, ora devagar, ora com violência, segundo o vento. [...] Hesitamos em tomar partido; nada decidimos livremente, de maneira absoluta, coerente. Se alguém tratasse e estabelecesse determinadas leis de conduta e regime político na vida, veríamos brilhar em seus atos e atitudes uma harmonia cabal e em seus costumes uma ordem e uma correlação evidentes. (MONTAIGNE, 1987, p.98).

Quando falamos de nós mesmos, podemos estar falando, não exatamente o que somos, mas o que parecemos ou queremos parecer ser. Nesse sentido, essa indeterminação, imprecisão e o conjunto de “fluxos mentais”, pensamentos, sentimentos e ideias são um espaço de ambiguidades, ambivalências, paradoxos e incongruências do indivíduo, que são, em geral, tópicos da arte. Montaigne defende, nesse sentido, também no ensaio “Da incoerência de nossas ações”, que

Essa variação e essa contradição, tão comum em nós, levaram muitas pessoas a pensar que possuímos duas almas, ou duas forças que atuam cada qual num sentido, uma no sentido do bem e outro no do mal. Uma só alma e uma só força não poderiam conciliar-se com tão repentinas variações de sentimentos. (MONTAIGNE, 1987, p.99-100).

A analogia de Montaigne de que nossas contradições e flutuações interiores se assemelham a duas almas, assinala a consciência do ensaísta francês de que nossa interioridade não é fixa e coerente. Ele admite que a incoerência, ambivalência e instabilidade são elementos inerentes à condição humana. Assim também, Montaigne faz uma descrição de sua instabilidade que é influenciada por elementos exteriores. Ele descreve que

Não somente o vento dos acontecimentos me agita conforme o rumo de onde vem, como eu mesmo me agito e perturbo em consequência da instabilidade da posição em que esteja. Quem se examina de perto raramente se vê duas vezes no mesmo estado. Dou à minha alma ora um aspecto, ora outro, segundo o lado para o qual me volto. Se falo de mim de diversas maneiras é porque me olho de diferentes modos. Todas as contradições em mim se deparam, no fundo como na forma. Envergonhado, insolente, casto, libidinoso, tagarela, taciturno, trabalhador, requintado, engenhoso, tolo, aborrecido, complacente, mentiroso, sincero, sábio, ignorante, liberal e avarento, e pródigo, assim me vejo de acordo com cada mudança que se opera em mim. E quem quer que se estude atentamente reconhecerá igualmente em si, e até em seu julgamento, esse mesma volubilidade, essa mesma discordância. Não posso aplicar a mim mesmo um juízo completo, simples, sólido, sem confusão nem mistura, nem o exprimir com uma só palavra. “Distingo” é o termo mais encontrado em meu raciocínio. (MONTAIGNE, 1987, p.100).

Ele introduz a metáfora do vento que agita os sentimentos como uma forma de representar a instabilidade de nossos sentimentos. Elementos exteriores como experiências, sensações e opiniões alheias interferem em nossos pensamentos, atitudes e sentimentos. Nesse sentido, Auerbach (2007, p.255) observa que “[...] o homem é um ente vacilante, sujeitos às mudanças do mundo, do destino e dos seus próprios movimentos interiores”. A cada instante a alma ou espírito, pensamento ou razão se modificam, sempre de acordo com o momento ou a experiência. Montaigne tenta captar toda a sua interioridade e individualidade usando diversos adjetivos que consigam descrever sua interioridade. Novamente ele admite que até mesmo o julgamento varia conforme interferências exteriores.

Subjetividade, Imaginação e Julgamento

Montaigne era consciente da interferência que nossos sentimentos têm sobre nosso julgamento, bom-senso, entendimento e cognição. Em seu ensaio “Da loucura de opinar acerca do verdadeiro e do falso unicamente de acordo com a razão”. Montaigne antecipa postulados da filosofia kantiana. Como Montaigne (1987, p.239) assinala,

É tola a presunção de desdenhar ou condenar como falso tudo o que não nos parece verossímil, defeito comum ao que estimam ser mais dotados de razão que o homem norma. [...] Acho, agora, que eu também merecia piedade. Não porque, desde então, a experiência haja acrescentado algo a minhas primeiras convicções, embora eu tenha procurado verificar as crenças que recusava, mas minha razão me impediu a reconhecer eu condenar uma coisa de maneira absoluta é ultrapassar os limites que podem atingir a vontade de Deus e a força da mãe, a natureza; e que o maior sintoma de loucura no mundo é reduzir essa vontade a essa força à medida de nossa capacidade e de nossa inteligência. Chamemos ou não monstros ou milagres às coisas que não podemos explicar, não se apresentarão elas em menor número à nossa vista.

O que Montaigne assinala aqui é a incapacidade de julgamento de certos fenômenos somente de acordo com a razão. A sensibilidade, imaginação e o sentimento interferem na constituição de nossos julgamentos, visto que em muitos momentos não conseguimos explicar certos fenômenos somente de acordo com a razão. Nesse sentido, Montaigne antecipa sugestivamente os postulados da crítica kantiana. Immanuel Kant (1727-1804), em sua *Crítica do Juízo* (*Critique of Judgment*, KANT, 2005), define seu sistema filosófico baseado na sensibilidade e imaginação. Tanto a Crítica da Razão Pura como a Crítica da Razão Prática estão fundamentadas na *Crítica do Juízo*, para Kant. Kant propôs um sistema filosófico,

ou seja, o racional, o ético e o estético, em que o estético seria a pedra de toque de seu sistema. Essa foi uma inovação no pensamento filosófico, visto que pela primeira vez na filosofia a racionalidade foi associada à sensibilidade, não mais colocando a sensibilidade submissa à razão. Ele já tinha considerado a sensibilidade e a imaginação desde sua primeira crítica. Eckart Foerster (2010), partindo da *Opus Postumus* de Kant, analisa a importância da *Terceira Crítica* como a pedra de toque de seu sistema filosófico, uma vez que a sensibilidade e a imaginação são faculdades fundamentais que constituem a faculdade humana de julgamento e análise nas ciências, na filosofia e nas artes. Desse modo, quando julgamos, conceituamos ou definimos um objeto, imaginação e sensibilidade perpassam as categorias filosóficas e analíticas empregadas em nossa interpretação. De acordo com Rosenfield (2006), em sua obra *Estética*, Kant libertou sua Crítica dos “pressupostos históricos” ou dos “conceitos culturais” que sempre determinavam o que a arte era. Ele estabeleceu a relação entre o belo entre a sensibilidade, o conhecimento e a razão prática. Ele não separou o estético do racional, muito menos determinou que a imaginação fosse uma mera ancila do conhecimento. Rosenfield (2006, p.27-28) assinala que “[...] em vez de opor a sensibilidade e a razão numa hierarquia, Kant se interessa, desde a *Crítica da Razão Pura*, pela função que a imaginação (que seleciona as percepções sensíveis) preenche na atividade do entendimento”. Há um jogo livre e harmonioso entre o entendimento e a imaginação, no qual, ao analisarmos ou definirmos algo, nossa imaginação e sensibilidade interfere essencialmente para a constituição de nosso julgamento. Nesse sentido, as novas descobertas das Neurociências apontam para tal demonstração, como é o caso da obra de Damásio (1996), *O Erro de Descartes*, em que ele demonstra que a imaginação e a sensibilidade operam em nossas escolhas e decisões, julgamentos e interpretações.

Dessa forma, Auerbach (2007) chama a atenção para um traço dos ensaios de Montaigne que corroboram com a tese de que o pensamento é determinado pela imaginação e sensibilidade. Para ele,

[...] a primazia do conhecimento adquire um significado positivo, do ponto de vista da teoria do conhecimento, somente para a pesquisa moral do homem; pois Montaigne visa com a sua investigação da vida própria qualquer como um todo, a pesquisa da *humaine condition* em geral, e manifesta, assim, o princípio heurístico do qual fazemos uso continuamente, consciente ou inconscientemente, sensatamente ou não, quando estamos empenhados em entender e julgar os atos dos outros homens [...]. (AUERBACH, 2007, p.265).

Assim, para Montaigne, nosso julgamento é falível se julgarmos e analisarmos um fenômeno somente de acordo com a razão. Como ele assinala, “[...] que após terdes acertado, com vosso julgamento impecável, os limites entre o verdadeiro e o falso, sobrevenham, como é inevitável, fatos inegáveis, ultrapassando ainda mais em

sobrenatural os que recusais, e ei-vos obrigado a vos desmentirdes.” (MONTAIGNE, 1987, p.241). Montaigne chama a atenção para as falácias do julgamento que nega fatos extraordinários. Nesse sentido, as colocações do ensaísta francês revelam seu ceticismo em relação à crença de que somente a razão pode julgar e compreender fenômenos e acontecimentos. Como ele revela,

O infinito poder da natureza deve ser julgado com mais deferência e tendo em conta nossa ignorância e nossa fraqueza. Quantas coisas pouco verossímeis são afirmadas por gente digna de fé! Se seus testemunhos não bastam para nos convencer, sejamos, ao menos, prudentes em nosso julgamento, pois considerá-las impossíveis é vangloriar-se de saber até onde vão a possibilidade e a impossibilidade, o que, sem dúvida, é presunção exagerada. Se aprendêssemos com exatidão a diferença entre uma coisa e outra, entre o que está contra a ordem e a natureza, e o que se situa simplesmente fora do que admitimos comumente, entre não acreditar cegamente e não duvidar com facilidade, observaríamos fielmente a regra do “nada de mais” que Quílon tanto recomenda. (MONTAIGNE 1987, p.240).

Muito embora certos fenômenos nos pareçam inverossímeis, Montaigne não descarta a possibilidade de nosso julgamento falhar. Segundo Hugo Friedrich (2010, p.166), “Montaigne reconhece que toda a classificação é falsa”, pois ela deduz do particular algumas regras generalizantes, rejeitando que, ao se passar do geral ao particular, se dá um grande “salto, sem renovar [...] a visão sobre o homem”. Assim, conclui que qualquer julgamento pode ser imperfeito e vago. Tal descoberta é um dos grandes vetores dos *Ensaio*s de Montaigne e sua aplicação é essencial para a sua ciência moral (FRIEDRICH, 2010).

Em seu ensaio “Da incoerência de nossas ações” ele usa a analogia de que somos um amontoado de peças colocadas juntas ao acaso:

Somos um amontoado de peças juntadas inarmonicamente e queremos que nos honrem quando não o merecemos. [...] Somos todos construídos de peças e pedaços juntados de maneira casual e diversa, e cada peça funciona independentemente das demais. Daí ser tão grande a diferença entre nós e nós mesmos quanto entre nós e outrem. (MONTAIGNE, 1987, p.101-102).

Montaigne parece consciente ou pelo menos intui que nossa mente, nossos pensamentos, nossas ideias e nossos sentimentos são constituídos por elementos diversos que parecem funcionar independentemente. Estudar o homem é chegar a seu mistério, livre de máximas tradicionais, conceitos científicos e filosóficos limitadores, hipóteses psicológicas que pré-definem o homem. Para a surpresa do leitor, a marca distintiva do ser humano em relação aos animais não é seu *logos*, mas sua aptidão a uma diferenciação específica e particular em cada indivíduo (FRIEDRICH, 2010).

Nossas decisões também são atribuídas aos nossos sentimentos, pensamentos e ideias. Como Montaigne (1987, p.101) assinala:

Ninguém determina do princípio ao fim o caminho que pretende seguir na vida; só nos decidimos por trechos, na medida em que vamos avançando. O arqueiro precisa antes escolher o alvo; só então prepara o arco e a flecha e executa os movimentos necessários; nossas resoluções se perdem porque não temos um objetivo predeterminado.

A forma aberta dos diálogos possibilita “a suspensão do julgamento” e a “expressão escrita da subjetividade improvisada” e digressões (FRIEDRICH, 2010, p.374). Embora Montaigne se empenhe na análise do Eu, tem plena consciência das dificuldades da análise do indivíduo. Reconhece que a observação e a descrição do indivíduo correm o risco de ilusão ou fixação prematura de uma pretensa observação objetiva do homem. Há o risco de se construir uma imagem falsa sobre si mesmo. Friedrich (2010, p.224) nota que a introspecção tenta descobrir a subjetividade, mas “ela também dissimula involuntariamente”; ela molda a imagem do Eu de acordo com “noções e julgamentos de valor esquemáticos”. A introspecção representa o Eu na linguagem, podendo não dizer o essencial, mas construir, através de uma espécie de fuga, uma imagem sob a aparência de uma identidade que se assemelha a do outro (FRIEDRICH, 2010). Montaigne considera que o Eu está em movimento eterno, cujos aspectos como julgamento, imaginação, ideias e sensibilidade demonstram apenas uma parte do todo, sendo que os contornos de outras dimensões não são possíveis de serem definidas. Para Montaigne, portanto, “o conhecimento do homem é a escuta da individualidade dentro dela mesma” (FRIEDRICH, 2010, p.225). O que ele procura em seus *Ensaio*s é a descrição de todos os detalhes que ele percebe sobre si mesmo. Escrever torna-se um ato de vida, de criação e revelação. Consoante Regosin (1977), o que Montaigne realiza não é somente escrever o livro, mas escreve o ser do autor através da escritura do livro. A frase “o livro do ser” sugere que a escritura do livro é a realização de si mesmo (REGOSIN, 1977, p.88).

Da covardia: consciência e subjetividade

No ensaio de Michel de Montaigne “Da covardia”, Montaigne (1987) sugere que não era raro um soldado ser morto por um ato de pusilanidade, como é o caso do Sr. De Vervins. Como assinala Montaigne (1987, p.149), “[...] quanto à covardia, é certo que vergonha e ignomínia são os castigos mais comumente infligidos aos réus”. Mas também relata casos de soldados que foram expostos ao ridículo, como fez o legislador Charondas. Ele ordenou que os soldados que

fugissem das batalhas fossem vestidos de mulher e expostos em praça pública por três dias a fim de despertar neles a vergonha por sua covardia. Esse é um fato pitoresco que Montaigne usa para matizar o problema da falta da *virtù*, que era considerada muito grave no período. Levando em consideração esses exemplos de Charondas e Vervins, Montaigne argumenta também sobre a condenação de um ato consciente ou inconsciente:

Convenho em que é justo diferenciar-se um erro devido à fraqueza de ânimo da falta maliciosa. Neste caso, agimos com pleno conhecimento de causa contra o que nos dita a razão posta pela natureza a nosso serviço a fim de nos guiar. No outro caso, parece-me que podemos invocar a própria natureza, da qual provém nossa fraqueza e imperfeição. É esse raciocínio que leva muita gente a pensar que só devemos ser responsabilizados pelo que fazemos de contrário à nossa consciência. É mesmo nessa regra que se baseiam as pessoas que censuram e condenam à pena capital heréticos e infiéis; e também pela mesma razão não há como responsabilizar juízes e advogados que por ignorância erram no cumprimento de seus deveres. (MONTAIGNE, 1987, p.149).

O problema da consciência estava subordinado a uma rede complexa de elementos jurídicos, éticos e teológicos, cujos limites não eram muito nítidos. Contudo, Montaigne está muito mais preocupado em diferenciar o ato voluntário do ato involuntário do que em uma moral extremamente rígida e inflexível. É o que se percebe no seu ensaio “Da consciência”, em que ele retoma esse problema ao criticar a tortura como um instrumento de investigação, pois, segundo ele, muitas vítimas da tortura revelam o que de fato não sabem ou não experienciaram: “Quem a não pode suportar [a tortura] esconde a verdade tanto quanto quem a suporta; pois por que a dor o levaria a confessar o que é mais do que o que não é?” E também, “para chegar à verdade, considero a tortura um processo inumano e bem pouco útil” (MONTAIGNE, 1987, p.123-124). Nesse ponto, Montaigne (1987, p.123) assinala que a tortura “tem sua origem na ação da consciência”, como forma de levar o torturado a confessar um crime, que talvez não tenha cometido. A consciência nesse sentido está condicionada muito mais à dor do que à razão e à moral.

Se não raro alguns argumentavam que um ato inconsciente não devia ser punido, como é o caso de Montaigne, outros julgavam que tanto a justiça divina como a justiça humana deveriam ser imparciais, como nos sermões e homilias do período. Keith Thomas (1991), em *Religion and the Decline of Magic*, assinala que a esfera eclesiástica tinha um poder e uma abrangência sociais muito grandes e determinantes na Renascença. Porque a Igreja possuía grandes quantidades de terra e acumulava riquezas, seus líderes desempenhavam um papel proeminente na política e no governo. Além do mais, exerciam controle sobre a opinião pública:

Os clérigos desempenhavam uma parte dominante na censura da imprensa, no licenciamento de mestre e doutores, e na administração das universidades. Numa era sem rádio, televisão ou (até a metade do século XVII) jornais, o púlpito era o meio mais importante de comunicação direta com as pessoas. Os sermões contemporâneos discutiam não só teologia, mas também moral, política, economia e assuntos correntes em geral. Os tentáculos da Igreja se espalhavam através das cortes eclesásticas, que exerciam uma grande jurisdição sobre o casamento e o divórcio, difamação, a legitimação de testamentos e todo aspecto concebível da moralidade privada. Se um homem brigasse com sua esposa, cometesse adultério com sua empregada, fizesse fofoca sobre seus vizinhos, trabalhasse num dia santo ou emprestasse dinheiro a juros, ele certamente teria de comparecer diante da corte eclesástica. Lá ele devia ser forçado a se submeter a formas humilhantes de punição ou até mesmo ser excomungado, ou seja, afastado dos sacramentos da igreja e, em sua forma mais severa, estaria sujeito ao ostracismo social e econômico pelo resto da comunidade; uma punição que refletia a identidade assumida pela igreja e pela sociedade. (THOMAS, 1991, p.181).

Se por um lado Montaigne considera o problema dos julgamentos como condicionado à ignorância ou não das consequências da ação, por outro lado, o papel predominante da esfera eclesástica quase que determina as decisões tomadas inclusive por juristas e juízes em julgamentos, provavelmente com medo da censura. Mas vale notar que a consciência moral no período era configurada pelo domínio da ideologia dos discursos da Igreja, sistematicamente conduzida pelos ditames cristãos. A consciência do indivíduo era intensificada não só por essa doutrina, mas também pelos exemplos dados pelas execuções e humilhações públicas na época.

Nesse sentido, no ensaio “Da consciência”, define a consciência como algo que entrega um culpado tanto quanto o tortura com antecedência. Montaigne conta uma de suas anedotas pitorescas para expor seu argumento: durante as guerras civis, Montaigne e Sr. de la Brousse conheceram um fidalgo, mas ninguém desconfiava que ele fosse do partido contrário ao rei. Com o tempo, Montaigne descobre a farsa desse fidalgo:

Nosso companheiro de jornada estava tão apavorado, eu o via tão desorientado cada vez que deparávamos com alguns grupos de cavaleiros ou que atravessávamos cidades do partido do rei, que acabei por adivinhar que seus temores provinham de uma consciência intranquã. Parecia-lhe que, em sua fisionomia e através das cruces que trazia ao casaco, se liam seus mais íntimos pensamentos, tal o efeito maravilhoso e irresistível da consciência. Obrigamos a nos denunciarmos, a combatermo-nos a nós mesmos e, na ausência de outra testemunha, depõe contra nós: “servindo ela própria de carrasco e fustigando-nos com látigo invisível” [essa citação de Montaigne é de Juvenal] (MONTAIGNE, 1987, p.122).

Nesse sentido, outro comentário de Montaigne (1987, p.122) no ensaio “Da consciência”, revela algo muito particular no tocante à subjetividade: “É o que também ocorre com quem se compraz no vício; engendra um desprazer que lhe atormenta a consciência, na vigília como no sono: “numerosos culpados revelam, durante o sono ou o delírio da febre, crimes de há muito escondidos”. Como se nota, não há como se controlar o inconsciente e, por muitas vezes, elementos reprimidos vêm à tona. Montaigne tem a arte de pintar fatos triviais deixando ver à tona os aspectos enigmáticos e incontrolláveis do pensamento humano.

Contudo, Montaigne é questionador quanto às práticas de coerção social e moral. Consoante Grady (2002), Montaigne é o ensaísta da subjetividade resistente e questionadora. Seu discurso é assaz independente do poder monárquico, estatal e coercitivo. Por isso, o conceito de subjetividade toma tonalidades outras em Montaigne. Para Grady (2002, p. 24), “[...] a subjetividade não pode ser reduzida ao efeito de estruturas estáticas de dominação como a ideologia e os discursos. Ao contrário, participa de um domínio de sentido e comunicação relativamente autônomo, socialmente construído”⁸. Ao invés de ser estática está “[...] aberta à negociação, modificação e reconstituição através do diálogo”⁹ (GRADY, 2002, p.24). Nesse sentido, Montaigne como que cultiva “liberdade, a subjetividade e o prazer” (GRADY, 2002, p.48). É dessa forma que o sujeito consegue se constituir, pintar, apresentar e representar através de atos, pensamento e escritura de si mesmo, libertando-se de estruturas ideológicas predeterminantes e limitadoras.

Para se ter ideia de como a imaginação e a consciência estavam relacionadas, vale tomar as observações de Michel de Montaigne, em seu ensaio “A força da imaginação”. Para ele, a imaginação pode ser consequência da consciência ou vice-versa. Montaigne (1987, p.169) assinala que a força da imaginação pode ter grande domínio sobre o homem, pois “todos são atingidos por ela, mas alguns há que ela derruba”. A imaginação tanto quanto a consciência, para o ensaísta francês, são dimensões psicológicas bastante fortes. Montaigne (1987, p.169) demonstra identificação com a angústia de outrem, como afirma, “[...] a vista das angústias alheias influi fisicamente em mim de maneira penosa, e, não raro, sofro de sentir que alguém sofre”. Ao revelar sua angústia e pena por outrem, revela-se e pinta-se através das observações sobre o outro. A escritura de si, portanto, acontece não somente através das observações sobre si mesmo, mas também nas observações de costumes, hábitos e ações do outro.

Montaigne cita também exemplos de como a consciência pode ser tão influenciada pela imaginação, que as imagens provocadas por esta acentuam aquela, a ponto de concretizar medos e angústias que não passam de imagens fantasmáticas

⁸ “*Subjectivity cannot be reduced to the effect of static structures of domination like ideology and discourses. Instead, it participates in a relatively autonomous, socially constructed realm of meaning and communication*”.

⁹ “[...] *open to negotiation, modification, and reconstitution through dialogue*”.

do indivíduo. Ele inicia esse ensaio com uma afirmação de Sêneca, “Uma imaginação fortemente preocupada com um acontecimento pode provocá-lo”, dizem os clérigos” (MONTAIGNE, 1987, p.169). Nesse ensaio, cita também exemplos de condenados que temem a morte:

Em certos condenados o pavor adianta-se à ação do carrasco, como se viu no caso do condenado a quem desvendaram os olhos no patíbulo a fim de lhe comunicarem ter sido agraciado. Ao lhe tirarem a venda, verificaram que já morrera, fulminado pela sua imaginação. Suamos e trememos, empalidecemos e coramos sob sua influência. Em leito de plumas agita-nos o corpo a ponto, por vezes, de nos levar à morte... (MONTAIGNE, 1987, p. 169-170).

A força da imaginação demonstra como a imaginação e a consciência são consequências inerentes ao medo de que se descubra um crime. Nota-se que Montaigne debruça-se sobre o Eu, pois considera que a riqueza do particular é muito mais interessante do que o universal. Por isso, para o ensaísta francês, deter-se apenas no universal não leva aos meandros do “labirinto humano” (FRIEDRICH, 2010, p.220). As contradições humanas lhe interessam mais do que elementos coerentes. O conhecimento do outro, como de si, é a origem de “uma generosa tolerância” pelo outro. Pela autonomia e observação de sua própria personalidade, Montaigne “[...] chega à universalidade, uma universalidade outra”, totalmente divergente da identidade tomada com fins morais (FRIEDRICH, 2010, p.223). Por isso, a consciência, a imaginação e as contradições do indivíduo são essenciais para descrever e pintar a diversas facetas e meandros da interioridade do sujeito. Pintar incoerências e contradições possibilita a escritura de si e do outro, como também a representação da subjetividade.

Conclusão

Na obra de Montaigne, nota-se, portanto, a presença de linguagem e estilo mais simples e mais livres ou soltos, que não estão presos às regras da retórica convencional. Há uma ruptura no estilo e na linguagem. Montaigne não se atinha a normas fixas, pois buscava inovação na sua escrita, de forma que esta conseguisse representar a subjetividade. Busca, portanto, uma forma de escritura livre e solta que possa representar a subjetividade, pois esta é um elemento estético que necessita de uma forma estética que consiga representá-la.

Além disso, observa-se a consciência de Montaigne sobre a mutabilidade e da variação de ideias, pensamentos, sentimentos e julgamentos, que são determinados por forças misteriosas ou instintivas. De modo similar, o ensaísta francês observa que o julgamento é influenciado pela imaginação e pelos sentimentos, algo que antecipa

os postulados da filosofia de Kant e de seus contemporâneos. Ao escrever, descrever, pintar e representar sentimentos, hábitos, costumes de si e do outro, Montaigne concretiza a escrita de si, do outro e da subjetividade humana.

Montaigne vê também o livro como retrato ou pintura de si mesmo. Escrever sobre si é construir-se e conhecer-se. A escritura é um ato de vida, é um ato de unir palavras e ações. Para Montaigne, a escritura significa o ato de ser e se constituir no mundo; ou seja, ele considera o livro como realização de si mesmo. Escrever e representar a si mesmo através da escritura é um ato de se constituir como sujeito da linguagem. Montaigne assinala, portanto, constantemente que o livro o constrói na medida em que Montaigne escreve o livro.

LUDWIG, Carlos Roberto. Self-investigation and subjectivity in Montaigne's *Essays*. **Revista de Letras**, São Paulo, v.53, n.1, p.9-25, jan./jun. 2013.

- **ABSTRACT:** *Montaigne's creation of the Essays, as a renewing literary form, caused great impact in his age. Montaigne aims at representing the subjectivity through a new literary form, whose traits are remarkably the use of language without being stuck to rhetorical conventional forms, an open form which could depict subjectivity. Besides that, writing the Essays turns out to be self-writing, in a language and form which contain subjectivity, thoughts, ideas, inner floatation. Montaigne considered that human behavior as well as the inner dimensions of the self were aesthetic contents which needed an open form, free of the chains of the conventional rhetoric. Because of that, he created the Essay in order to represent and investigate the deepest dimensions of the self. In this article, I will analyze some elements from the essays, wherein Montaigne goes deeper into the twist and turns of conscience, feelings and thought, suggesting nuances and tones of subjectivity. I will discuss how Montaigne represents subjectivity, detailing obscure and uncontrolled elements of the thought and sensations, as well as contradictions, floatation, ambiguities inherent to subjectivity.*
- **KEY-WORDS:** *Montaigne's Essays. Self-investigation. Subjectivity. Self-writing.*

Referências

ADORNO, T. W. O Ensaio como forma. In: _____. **Notas de literatura I**. São Paulo: Ed. 34, 2008. p.15-45

AUERBACH, E. **Mímesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRUSH, C. B. **From the perspective of the self**: Montaigne's self-portrait. New York: Fordham University Press, 1994.

CALHOUN, A. Montaigne and the comic: exposing private life. **Philosophy and Literature**, Baltimore, v.35, n.2, p.303-319, 2011. Disponível em: </muse.jhu.edu/journals/philosophy_and_literature/v035/35.2.calhoun.pdf>. Acesso em: 1 maio 2012.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRIEDRICH, H. **Montaigne**. Tradução de Robert Ravoni. Paris: Gallimard, 2010. (Coleção Tel).

FOERSTER, E. **Kant e Strawson**: sobre o Juízo Estético. Tradução de Kathrin Rosenfeld e Guilherme Mautone. Rio de Janeiro: Revista Analytica, 2010.

GRADY, H. **Shakespeare, Machiavelli, and Montaigne**: power and subjectivity from Richard II to Hamlet. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KANT, I. **Critique of judgment**. Tradução, introdução e notas de J. H. Bernard. New York: Dover, 2005.

McGINN, C. **Shakespeare's philosophy**: discovering the meaning behind the plays. New York: Harper, 2007.

MONTAIGNE, M. E. de. **Ensaio**. Tradução de Sergio Milliet, 2.ed. Brasília: Ed. da UnB: Hucitec, 1987.

REGOSIN, R. L. **The matter of my book**: Montaigne's "Essais" as the book of the self. Berkely: University of California Press, 1977.

ROSENFELD, K. H. L. **Estética**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

SZABARI, A. "Parlerseulement de moy": the disposition of the subject in Montaigne's essay "De l'art de conferer". **MLN**, Baltimore, v.116, n.5, p.1001-1024, 2001. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/mln/summary/v116/116.5szabari.html>. Acesso em: 1 maio 2012.

THOMAS, K. **Religion and the decline of magic**. London: Penguin, 1991.

